

**31 - 01 | 2026****ÉTICA E INTEGRIDADE NA PESQUISA: REFLEXÕES A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS MOÇAMBICANAS****Ethics and Integrity in Research: Reflections from Mozambican Experiences****Ética e Integridad en la Investigación: Reflexiones a partir de Experiencias Mozambiqueñas****José Albertina Munguambe**

Docente, Doutorando em Educação e Tecnologias de Informação e Comunicação; Universidade São Tomás de Moçambique; Mestre em Ciências de Educação; Moçambique; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7909-9722>

Autor para correspondência: jose.munguambe@gmail.com

Data de recepção: 25-06-2025

Data de aceitação: 01-07-2025

Data da Publicação: 31-01-2026

Como citar este artigo: Munguambe, J. A. (2026). *Ética e integridade na pesquisa: reflexões a partir de experiências moçambicanas*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 2(10), pp. 373-383. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/14>

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre os desafios da ética e integridade na pesquisa no contexto do ensino superior moçambicano, a partir das experiências práticas do autor enquanto docente universitário. Constata-se uma fragilidade preocupante nos padrões de produção científica, visível no uso recorrente de fontes não académicas, como o *Google* e ferramentas de inteligência artificial, sem a devida citação, critério metodológico ou respeito pelas normas institucionais. Esta realidade alastra-se aos Trabalhos de Culminação de Curso, como monografias e dissertações, que muitas vezes são apresentados sem carta de consentimento dos inquiridos, o que compromete a validade da alegada pesquisa de campo. Agrava ainda mais a situação o facto de alguns estudantes apresentarem, na secção de problematização, dados falsos que comprometem o bom nome e a integridade de instituições públicas e privadas, sem nunca terem realizado o trabalho de campo.

O presente estudo tem como objectivo analisar estas práticas à luz dos princípios éticos da investigação científica, identificando as suas causas, implicações e propondo caminhos para a sua superação. A abordagem metodológica é qualitativa, reflexiva e baseada em análise bibliográfica, aliada à experiência empírica do autor na docência e orientação académica. Os resultados revelam um padrão sistemático de má conduta académica e ausência de mecanismos institucionais eficazes de controlo. Conclui-se pela necessidade urgente de reestruturação das práticas formativas, reforço da supervisão ética e criação de políticas que promovam a integridade na pesquisa.

Palavras-chave: Ética na pesquisa; Integridade académica; Ensino superior; Plágio.

ABSTRACT

This article presents a critical reflection on the challenges of ethics and integrity in research within the context of higher education in

Mozambique, based on the author's practical experience as a university lecturer. There is a concerning fragility in scientific production standards, characterized by the improper use of non-academic sources such as Google and artificial intelligence tools, without proper citation or methodological rigor. This issue extends to final degree projects, including theses and dissertations, often submitted without informed consent forms, which compromises the validity of claimed field research. Furthermore, some students present false data in their problem statements that undermine the reputation and integrity of public and private institutions, despite not having conducted any fieldwork. The study aims to analyze these practices through the lens of scientific research ethics, identifying causes, implications, and possible strategies for mitigation. The methodology is qualitative, reflective, and based on bibliographic analysis combined with the author's empirical experience in teaching and academic supervision. Results reveal a systematic pattern of academic misconduct and a lack of effective institutional control mechanisms. The article concludes with a call for urgent restructuring of educational practices, enhanced ethical supervision, and the development of policies promoting research integrity.

Keywords: Research ethics; Academic integrity; Higher education; Plagiarism.

RESUMEN

Este artículo propone una reflexión crítica sobre los desafíos de la ética e integridad en la investigación en el contexto de la educación superior mozambiqueña, a partir de las experiencias prácticas del autor como docente universitario. Se constata una preocupante fragilidad en los estándares de producción científica, evidente en el uso recurrente de fuentes no académicas, como Google y herramientas de inteligencia artificial, sin la debida citación, criterio metodológico ni respeto por las normas institucionales. Esta realidad se extiende a los Trabajos de Fin de Curso, como monografías y

disertaciones, que a menudo se presentan sin la carta de consentimiento de los encuestados, lo que compromete la validez de la supuesta investigación de campo. Aún más grave es el hecho de que algunos estudiantes presentan, en la sección de problematización, datos falsos que comprometen el buen nombre y la integridad de instituciones públicas y privadas, sin haber realizado trabajo de campo alguno. El presente estudio tiene como objetivo analizar estas prácticas a la luz de los principios éticos de la investigación científica, identificando sus causas, implicaciones y proponiendo caminos para su superación. El enfoque metodológico es cualitativo, reflexivo y basado en análisis bibliográfico, combinado con la experiencia empírica del autor en docencia y orientación académica. Los resultados revelan un patrón sistemático de mala conducta académica y la ausencia de mecanismos institucionales eficaces de control. Se concluye con la necesidad urgente de reestructurar las prácticas formativas, reforzar la supervisión ética y crear políticas que promuevan la integridad en la investigación.

Palabras clave: Ética en la investigación; Integridad académica; Educación superior; Plagio.

INTRODUÇÃO

A ética e a integridade na pesquisa científica são princípios fundamentais que sustentam a credibilidade, a validade e a legitimidade do conhecimento produzido no meio académico. No contexto do ensino superior, especialmente em países em desenvolvimento como Moçambique, estas dimensões tornam-se ainda mais relevantes, tendo em conta os diversos desafios que afectam a formação de investigadores e a qualidade da produção científica. A investigação deve obedecer a valores como honestidade, objectividade, transparência, respeito pelos sujeitos envolvidos, e rigor metodológico (Resnik, 2020).



No entanto, na prática diária das instituições de ensino superior, constata-se um distanciamento progressivo desses princípios. A experiência do autor como docente universitário e orientador de trabalhos de pesquisa revela um quadro preocupante: muitos estudantes apresentam projectos, monografias e dissertações sem qualquer compromisso com os critérios científicos exigidos. Entre as práticas mais recorrentes destacam-se o uso de fontes não académicas, como pesquisas no *Google* e conteúdos gerados por ferramentas de inteligência artificial, sem o devido cuidado com a citação, a fidedignidade das informações ou a aplicação de metodologias adequadas. Estes trabalhos carecem frequentemente de fundamentação teórica sólida e apresentam erros graves, tanto metodológicos como linguísticos, que afectam a qualidade académica.

Outro aspecto crítico prende-se com a inexistência da carta de consentimento nos trabalhos de campo, documento essencial para assegurar a ética na relação com os participantes da investigação. A ausência desta carta levanta dúvidas sobre a veracidade das entrevistas ou questionários alegadamente aplicados, pondo em causa a fiabilidade dos dados recolhidos. Em alguns casos, os estudantes chegam a inventar informações na secção de problematização, imputando a instituições públicas e privadas dados inverídicos, o que fere o bom nome das mesmas e compromete a integridade científica do trabalho.

Segundo Babbie (2014), a integridade na pesquisa não é apenas uma exigência normativa, mas uma condição indispensável para a construção de conhecimento

responsável e útil à sociedade. Do mesmo modo, para Gil (2008), a ética na investigação deve abranger todas as etapas do processo, desde a formulação do problema até à divulgação dos resultados. Quando estas etapas são negligenciadas ou falsificadas, o que se produz é desinformação e desvalorização da ciência.

Neste contexto, o presente artigo tem como objectivo realizar uma reflexão crítica sobre os principais desafios éticos enfrentados na condução de pesquisas académicas no ensino superior moçambicano, a partir de experiências concretas vivenciadas pelo autor. A intenção é contribuir para o debate sobre a necessidade urgente de reforçar a cultura da integridade, através de mecanismos pedagógicos, institucionais e éticos que possam garantir a qualidade e a honestidade na produção científica.

No entanto, na prática diária das instituições de ensino superior, constata-se um distanciamento progressivo desses princípios. A experiência do autor como docente universitário e orientador de trabalhos de pesquisa revela um quadro preocupante: muitos estudantes apresentam projectos, monografias e dissertações sem qualquer compromisso com os critérios científicos exigidos. Entre as práticas mais recorrentes destacam-se o uso de fontes não académicas, como pesquisas no *Google* e conteúdos gerados por ferramentas de inteligência artificial, sem o devido cuidado com a citação, a fidedignidade das informações ou a aplicação de metodologias adequadas. Estes trabalhos carecem frequentemente de fundamentação teórica sólida e apresentam erros graves, tanto metodológicos como

linguísticos, que afectam a qualidade académica.

Outro aspecto crítico prende-se com a inexistência da carta de consentimento nos trabalhos de campo, documento essencial para assegurar a ética na relação com os participantes da investigação. A ausência desta carta levanta dúvidas sobre a veracidade das entrevistas ou questionários alegadamente aplicados, pondo em causa a fiabilidade dos dados recolhidos. Em alguns casos, os estudantes chegam a inventar informações na secção de problematização, imputando a instituições públicas e privadas dados inverídicos, o que fere o bom nome das mesmas e compromete a integridade científica do trabalho.

Segundo Babbie (2014), a integridade na pesquisa não é apenas uma exigência normativa, mas uma condição indispensável para a construção de conhecimento responsável e útil à sociedade. Do mesmo modo, para Gil (2008), a ética na investigação deve abranger todas as etapas do processo, desde a formulação do problema até à divulgação dos resultados. Quando estas etapas são negligenciadas ou falsificadas, o que se produz é desinformação e desvalorização da ciência.

Neste contexto, o presente artigo tem como objectivo realizar uma reflexão crítica sobre os principais desafios éticos enfrentados na condução de pesquisas académicas no ensino superior moçambicano, a partir de experiências concretas vivenciadas pelo autor. A intenção é contribuir para o debate sobre a necessidade urgente de reforçar a cultura da integridade, através de mecanismos pedagógicos, institucionais e

éticos que possam garantir a qualidade e a honestidade na produção científica.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta secção, são apresentados e analisados os principais achados decorrentes da reflexão crítica sobre as práticas éticas e a integridade na pesquisa académica em Moçambique, com base nas experiências vivenciadas no contexto universitário. A discussão articula as constatações empíricas com o suporte teórico da literatura especializada, permitindo compreender os desafios enfrentados na elaboração de trabalhos científicos, tais como a falta de rigor metodológico, o uso indevido de tecnologias, a falsificação de dados e a insuficiência das políticas institucionais. Busca-se, assim, interpretar essas práticas à luz dos conceitos fundamentais da ética e integridade na pesquisa, enfatizando a importância de medidas institucionais e formativas para promover a responsabilidade e a qualidade na produção científica.

A ética na pesquisa é um dos pilares da produção científica responsável. Para Resnik (2020), ética na pesquisa refere-se ao conjunto de normas que regulam a conduta dos investigadores, protegendo os participantes da pesquisa, promovendo a honestidade intelectual e garantindo a fiabilidade dos resultados. O autor defende que "a ética não apenas guia os comportamentos dos cientistas, mas também reforça a confiança do público na ciência".

Complementando essa visão, Lakatos e Marconi (2003) sublinham que a ética na investigação científica deve garantir o respeito pela dignidade humana e pela liberdade dos sujeitos envolvidos. Segundo os autores, as boas práticas científicas não se



limitam ao cumprimento de normas institucionais, mas envolvem compromissos morais que ultrapassam a técnica e penetram no campo dos valores.

Ainda sobre este conceito, Fortin (2009) salienta que a ética em pesquisa implica um processo de reflexão contínua sobre os impactos dos estudos, particularmente quando envolvem seres humanos. A autora destaca a importância dos comités de ética como instâncias mediadoras entre o investigador e os direitos dos participantes, garantindo equidade, consentimento informado e confidencialidade dos dados.

A integridade científica, embora relacionada à ética, refere-se especificamente à honestidade e responsabilidade na condução da investigação, desde a recolha de dados até à publicação dos resultados.

Para Steneck (2006), a integridade está associada à adesão a padrões como objectividade, imparcialidade, precisão e transparência. Segundo ele, sem integridade, a ciência perde a sua legitimidade social.

Para Vasconcelos (2007), a integridade científica implica não apenas evitar fraudes como o plágio ou a falsificação de dados, mas também combater o "jeitinho" académico, práticas como omitir informações, manipular resultados ou inflacionar currículos. O autor aponta que a falta de formação ética é um dos factores que agrava a crise de integridade nas instituições de ensino.

De acordo com Oliveira e Pinto (2015), a integridade deve ser cultivada ao longo da formação académica e científica. Para os autores, muitas instituições falham em promover uma cultura de responsabilidade e

prestação de contas. A ausência de regulamentações claras, associada à pressão por produtividade, pode levar à banalização de comportamentos antiéticos.

A fragilidade da formação ética e científica no Ensino Superior

A análise crítica das práticas de pesquisa no ensino superior moçambicano, com base na experiência do autor enquanto docente universitário, revela um conjunto de fragilidades éticas e científicas que comprometem seriamente a credibilidade da produção académica. Um dos primeiros achados diz respeito à fraca formação ética e metodológica dos estudantes, que se traduz na elaboração de trabalhos científicos sem observância dos padrões básicos de pesquisa. Muitos estudantes recorrem a fontes não académicas, como o *Google*, *blogs*, *sites* sem revisão por pares e, mais recentemente, ferramentas de inteligência artificial generativa, como os *chatbots*, sem qualquer critério de validação científica ou responsabilidade autoral. Essas práticas demonstram uma incompreensão dos princípios da integridade académica, especialmente no que se refere ao compromisso com a verdade e à transparência metodológica.

Segundo Resnik (2020), a integridade na pesquisa exige que o investigador seja honesto na comunicação dos seus dados, métodos e resultados, evitando plágio, fabricação ou falsificação de informações. No entanto, observa-se que muitos estudantes apresentam conteúdos copiados integralmente de fontes digitais, sem citação ou contextualização, o que configura plágio académico, uma das formas mais graves de má conduta científica. Tal situação é

frequentemente normalizada em alguns ambientes académicos, devido à ausência de mecanismos eficazes de controlo, orientação contínua e avaliação rigorosa por parte das instituições de ensino.

Para Bunge (1980), a ciência exige rigor, clareza e método, sendo a pesquisa científica uma actividade que deve buscar o conhecimento válido e confiável. Quando os estudantes submetem trabalhos com erros conceptuais, ausência de estrutura científica e dados sem comprovação empírica, estão a violar os princípios epistemológicos fundamentais da investigação. Estas falhas revelam, por um lado, lacunas na formação em metodologia científica e, por outro, uma débil cultura institucional de valorização da ética investigativa.

A ausência da carta de consentimento nos Trabalhos de Culminação de Curso (TCC) é outro indicador da fragilidade ética observada. Este documento é essencial para assegurar o respeito pelos direitos dos participantes da pesquisa e a transparência dos procedimentos metodológicos. Segundo Beauchamp e Childress (2013), o consentimento informado é um dos pilares da ética em pesquisa envolvendo seres humanos, garantindo que os participantes compreendam os objectivos do estudo, seus riscos e benefícios, bem como a possibilidade de recusarem a sua participação. A inexistência deste documento coloca em causa a veracidade da alegada pesquisa de campo, fazendo emergir dúvidas quanto à legitimidade dos dados apresentados.

Falsificação de Dados e Problemáticas Fictícias: Impactos Éticos e Institucionais

Outro achado preocupante refere-se à prática de apresentação de dados falsos ou inventados, principalmente na secção de problematização dos trabalhos académicos. Estudantes, sem a realização efectiva do trabalho de campo, elaboram narrativas e estatísticas que prejudicam a imagem e a integridade de instituições públicas e privadas. Tal comportamento não apenas compromete a qualidade da pesquisa, mas também levanta sérias questões éticas sobre a responsabilidade social do pesquisador e a confiança depositada pela sociedade na produção científica.

De acordo com Sousa e Silva (2016), a manipulação ou invenção de dados constitui uma forma grave de má conduta científica, que viola os princípios básicos da ética na pesquisa e pode resultar em consequências prejudiciais para os indivíduos e comunidades envolvidos. Esta prática fere directamente a reputação das instituições, contribuindo para a disseminação de informações erradas e para a desconfiança pública nas instituições de ensino superior e nos organismos sociais referenciados.

Para Pimentel (2012), a pesquisa ética deve promover a transparência e a honestidade, sendo imperativo que o investigador assuma um compromisso moral com a verdade dos factos investigados. A produção de dados fictícios ou não verificados compromete este pacto, e configura não apenas uma fraude académica, mas um atentado contra a própria finalidade da ciência, que é a busca do conhecimento legítimo.



Além disso, a ausência de supervisão rigorosa e de políticas institucionais claras sobre integridade científica permite que tais práticas proliferem com relativa impunidade. Segundo Martins *et al.* (2019), a institucionalização de mecanismos de controle ético, como comissões de ética e códigos de conduta, é essencial para prevenir fraudes e garantir a qualidade dos processos investigativos.

Neste contexto, observa-se uma urgente necessidade de reforço das políticas institucionais e do treinamento ético dos estudantes, para que se promova uma cultura de integridade que contemple não apenas o respeito pelas normas acadêmicas, mas também a responsabilidade social e moral da pesquisa científica.

Um outro aspecto ainda mais preocupante é o olhar impávido de muitos docentes e avaliadores diante destas violações. Mesmo diante de evidências claras de má conduta, como plágio, falsificação de dados ou ausência de protocolos éticos, muitos docentes optam por validar os trabalhos, evitando confrontos ou processos de anulação. Essa permissividade contribui directamente para a degradação da qualidade académica e alimenta uma cultura de complacência institucional.

Conforme aponta Resnik (2020), os investigadores e formadores têm a responsabilidade moral de salvaguardar os padrões éticos da ciência, não apenas pelo rigor técnico, mas porque a confiança pública no conhecimento produzido depende dessa integridade. Quando docentes se omitem ou evitam intervir, contribuem para o que Sutherland-Smith (2008, pag. 36) denomina

de “normalização do desvio académico”, onde práticas inaceitáveis passam a ser encaradas como parte da rotina académica.

Nesse sentido, Becher e Trowler (2001) advertem que as culturas disciplinares determinam, em grande parte, a forma como a ética é praticada e compreendida. Se a cultura académica valoriza mais a diplomação que a aprendizagem, corre-se o risco de transformar o ensino superior num espaço meramente certificador, onde a integridade científica é secundarizada.

É fundamental, portanto, que os docentes assumam uma postura activa na promoção da ética, actuando como guardiões da qualidade científica e como exemplos de conduta profissional. A omissão diante de violações representa não apenas uma falha de supervisão, mas uma conivência tácita com o colapso dos valores que deveriam sustentar a academia.

A superação deste cenário exige mudanças estruturais e culturais: políticas institucionais claras, comissões de ética actantes, formação continuada em ética científica e mecanismos de responsabilização, tanto para estudantes como para orientadores e avaliadores. Somente assim será possível restabelecer a integridade da pesquisa e garantir que o ensino superior cumpra sua missão de produzir conhecimento fiável, ético e socialmente relevante.

O Impacto do Uso Indiscriminado de Tecnologias na Produção Académica e a Ética na Pesquisa

Um dos aspectos emergentes da análise é o uso crescente e indiscriminado de ferramentas tecnológicas, especialmente

chatbots baseados em inteligência artificial, como fonte principal para a elaboração dos trabalhos científicos pelos estudantes. Esta prática, muitas vezes, ocorre sem a adequada compreensão das limitações dessas ferramentas e sem o rigor necessário na verificação da validade das informações obtidas, configurando um desafio ético e metodológico no âmbito da pesquisa académica.

Segundo Floridi *et al.* (2020), a utilização de inteligência artificial em contextos académicos deve ser acompanhada de uma reflexão crítica sobre a responsabilidade do pesquisador em garantir a autenticidade, confiabilidade e originalidade dos dados e análises apresentadas. A simples reprodução de textos gerados por IA, sem atribuição adequada ou revisão crítica, pode levar ao plágio e à disseminação de informações imprecisas, fragilizando a integridade do trabalho científico.

A ética na pesquisa, conforme destaca Resnik (2020), implica o compromisso com a transparência e a honestidade na coleta e apresentação dos dados, bem como a obrigação de respeitar os direitos autorais e o crédito intelectual. O uso indevido de ferramentas tecnológicas, sem a devida citação ou contextualização, viola esses princípios, comprometendo a credibilidade do processo investigativo e a formação do estudante enquanto agente ético e responsável.

Além disso, a dependência excessiva dessas ferramentas pode enfraquecer a capacidade crítica e analítica dos estudantes, elementos fundamentais para a construção do conhecimento científico. Gil (2008) reforça

que a formação académica deve estimular o pensamento reflexivo e a autonomia intelectual, habilidades que são prejudicadas quando os trabalhos se tornam meras compilações de conteúdos gerados automaticamente.

Portanto, o desafio para as instituições de ensino superior reside em promover políticas claras que orientem o uso ético das tecnologias digitais, associadas a uma formação robusta em metodologia científica e ética da pesquisa. Isso inclui o desenvolvimento de competências que permitam aos estudantes avaliar criticamente as fontes e integrar as tecnologias como instrumentos auxiliares, e não substitutos do trabalho intelectual original.

Políticas Institucionais e Capacitação para a Ética e Integridade na Pesquisa

Os achados indicam que a persistência das fragilidades éticas e metodológicas no contexto académico está directamente relacionada à insuficiência de políticas institucionais robustas e de acções contínuas de capacitação sobre ética e integridade na pesquisa. A ausência de um sistema institucional eficaz para a promoção e fiscalização das boas práticas científicas cria um ambiente propício à proliferação de condutas inadequadas, como o plágio, a fabricação de dados e o uso indevido de tecnologias.

Segundo Martins *et al.* (2019), as instituições de ensino superior devem implementar códigos de conduta claros e criar comissões de ética responsáveis por monitorar e orientar as práticas investigativas, garantindo que os pesquisadores, inclusive os estudantes, compreendam seus deveres éticos e as

consequências do descumprimento das normas. Esta institucionalização é fundamental para a construção de uma cultura organizacional baseada na integridade.

Além disso, Ferreira e Silva (2018) destacam a importância de programas permanentes de formação e sensibilização em ética da pesquisa para docentes e discentes, promovendo o desenvolvimento de competências que envolvem não apenas o conhecimento das normas, mas também a internalização dos valores éticos. Estes programas devem contemplar temas como o respeito ao consentimento informado, a importância da originalidade, e as implicações sociais da pesquisa científica.

Os relatos empíricos evidenciam que, sem este suporte institucional e educacional, os estudantes permanecem vulneráveis a práticas inadequadas, muitas vezes motivados pela pressão por resultados rápidos e pela falta de orientação sistemática. Gil (2008), argumenta que a formação científica deve ir além da transmissão de conteúdos técnicos, promovendo a construção ética do pesquisador, capaz de actuar com responsabilidade social e científica.

Portanto, o fortalecimento das políticas institucionais e o investimento em capacitação contínua emergem como estratégias fundamentais para superar as deficiências observadas, assegurando a integridade e a qualidade da produção científica no ensino superior moçambicano.

Perspectivas para a Ética e Integridade na Pesquisa

Por fim, os achados ressaltam a necessidade urgente de uma transformação cultural profunda no ambiente académico moçambicano, onde a ética e a integridade sejam pilares inegociáveis da actividade científica. A reflexão a partir das experiências práticas demonstra que a simples normatização não é suficiente, sendo imprescindível que se promova uma cultura de valores éticos internalizados por estudantes, docentes e gestores.

Segundo Steneck (2006), a integridade na pesquisa deve ser compreendida como um compromisso contínuo que ultrapassa a mera conformidade normativa, envolvendo a promoção de um ambiente que valorize a honestidade, a justiça e o respeito ao conhecimento. Essa visão coincide com as observações do presente estudo, onde a fragilidade nas práticas de pesquisa reflecte, em última instância, uma lacuna cultural que só pode ser preenchida por meio de educação ética sistemática e exemplificação por parte dos docentes.

Outro aspecto crucial destacado é a responsabilidade social do pesquisador, que deve actuar com consciência do impacto de seu trabalho na comunidade e nas instituições envolvidas. Beauchamp e Childress (2013) reforçam que a pesquisa ética exige que o cientista respeite os direitos dos sujeitos investigados e a veracidade dos dados, promovendo confiança social no conhecimento produzido.

Portanto, o presente estudo sugere que a superação dos desafios éticos e metodológicos no ensino superior em

Moçambique dependerá da integração entre políticas institucionais rigorosas, formação continuada em ética e uma mudança de paradigma que valorize a integridade como fundamento da ciência. A implementação dessas medidas contribuirá para a construção de uma produção científica confiável, capaz de sustentar o desenvolvimento social e científico do país.

CONCLUSÃO

Este artigo evidenciou que a ética e a integridade na pesquisa acadêmica em Moçambique enfrentam desafios significativos, principalmente relacionados à produção de trabalhos científicos que carecem de rigor metodológico, autenticidade e respeito às normas institucionais. As práticas inadequadas observadas, como o uso indiscriminado de fontes não confiáveis, a ausência de cartas de consentimento em pesquisas de campo e a inclusão de dados falsos, comprometem a credibilidade da pesquisa e a formação acadêmica dos estudantes.

As discussões realizadas mostraram que tais problemas reflectem não apenas uma lacuna no conhecimento técnico-científico, mas sobretudo uma fragilidade cultural e institucional na promoção de valores éticos. A ausência de políticas institucionais eficazes e de programas contínuos de capacitação contribui para a perpetuação de condutas antiéticas, impactando negativamente a qualidade da produção científica.

Assim, ressalta-se a importância de se fortalecer o ambiente acadêmico por meio da implementação de normas claras, da actuação rigorosa das comissões de ética e do investimento em formação ética para

docentes e discentes. Essas medidas são fundamentais para consolidar uma cultura de integridade que sustente o desenvolvimento científico responsável, capaz de promover a confiança social e o avanço sustentável da pesquisa em Moçambique.

Por fim, abre-se espaço para pesquisas futuras que investiguem estratégias específicas para a promoção da ética na pesquisa em contextos similares, bem como o impacto das políticas institucionais na melhoria da qualidade acadêmica, ampliando a discussão sobre os desafios e soluções para a integridade científica.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Babbie, E. (2014). *Métodos de pesquisa de survey* (12. ed.). Cengage Learning.
- Beauchamp, T. L., & Childress, J. F. (2013). *Princípios de ética biomédica* (7. ed.). Oxford University Press.
- Becher, T., & Trowler, P. R. (2001). *Tribus académicas e territórios: Investigação intelectual e culturas disciplinares* (2. ed.). Open University Press.
- Ferreira, M. A., & Silva, R. L. (2018). *Formação ética para pesquisadores: Desafios e perspectivas*. Revista Brasileira de Ética na Ciência, 12(2), 45–58.
- Floridi, L., Cows, J., Beltrametti, M., Chatila, R., Chazerand, P., Dignum, V., ... & Vayena, E. (2020). AI4People: Uma estrutura ética para uma sociedade de IA justa. Minds and Machines, 30(2), 1–30. <https://doi.org/10.1007/s11023-020-09517-8>
- Fortin, M. F. (2009). *O processo de investigação: Da concepção à realização*. Lusodidacta.
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6. ed.). Atlas.



- Lakatos, E. M., & Marconi, M. A. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5. ed.). Atlas.
- Martins, J. S., Lima, F. A., & Costa, M. A. (2019). *Políticas institucionais para integridade na pesquisa científica*. *Revista de Gestão Acadêmica*, 7(1), 100–115.
- Minayo, M. C. S. (2010). *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde* (12. ed.). Hucitec.
- Oliveira, A. C., & Pinto, J. P. (2015). *A integridade científica e os desafios da pós-graduação*. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, 12(29), 467–483.
- Pimentel, A. S. (2012). *Ética na pesquisa científica: Fundamentos e práticas*. *Cadernos de Pesquisa*, 42(146), 334–348.
- Resnik, D. B. (2020). *O que é ética na pesquisa e por que é importante?* National Institute of Environmental Health Sciences. <https://www.niehs.nih.gov/research/resources/bioethics/whatis/index.cfm>
- Severino, A. J. (2007). *Metodologia do trabalho científico* (23. ed.). Cortez.
- Souza, J., & Silva, R. (2016). *Violações da integridade científica e suas consequências*. *Journal of Ethics in Science*, 8(3), 210–225.
- Steneck, N. H. (2006). *Introdução à conduta responsável em pesquisa*. Office of Research Integrity.
- Sutherland-Smith, W. (2008). *Plágio, Internet e aprendizagem do estudante: Melhorando a integridade acadêmica*. Routledge.
- Vasconcelos, S. M. R. (2007). *Cultura de integridade científica: Entre a formação e a responsabilização*. *Revista USP*, (75), 92–103.

Munguambe, J. A. (2026). Ética e integridade na pesquisa: reflexões a partir de experiências moçambicanas.